

# Dinâmicas de Desenvolvimento Rural e Pesquisa Co-activa de Soluções

Rodrigues, Marcelo e Malta, Miguel  
[marceloleap@hotmail.com](mailto:marceloleap@hotmail.com) e [mmalta@esac.pt](mailto:mmalta@esac.pt)



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais  
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales  
Cultura, Innovación y Territorio

**Coimbra, Portugal**

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

# Dinâmicas de desenvolvimento rural e pesquisa co-activa de soluções

Rodrigues, Marcelo e Malta, Miguel

## Resumo

*As formas clássicas de recolha de informação usualmente utilizadas nos contextos rurais não cobrem determinadas dinâmicas de acção e de mudança que ocorrem ao nível local, e que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento. Estas formas de recolha tendem a agrupar os dados em “categorias” e não permitem situar as práticas e as mudanças à escala do indivíduo, no quadro de dinâmicas sociais e de formas de organização colectiva nos quais os actores rurais se inserem.*

*Nestes contextos são muitas vezes utilizados instrumentos que se apoiam numa visão redutora das realidades, que se baseiam em modelos de inovação e difusão-adopção de técnicas. É comumente aceite que estas lógicas de trabalho são selectivas, que se orientam em função dos agricultores com maiores performances, marginalizando certos tipos de agricultores e de agricultura, e ignorando, desta forma, dinâmicas com potencial importante para a promoção do desenvolvimento rural.*

*Com o objectivo de explicar e descrever as práticas e as mudanças que ocorrem nos meios rurais e assim melhor compreender as dinâmicas que levam certos actores locais, nomeadamente os agricultores, a adoptar, ou não, determinadas práticas, tentando, desta forma evitar lógicas selectivas de agricultores e agriculturas, prática típica das abordagens “classificativas”, o Groupe d’Expérimentation et Recherche, Développement et Actions Localisés (GERDAL), com base numa sociologia com carácter compreensivo, propõe a “pesquisa co-activa de soluções”, abordagem adoptada neste estudo.*

*Como terreno de aplicação foi utilizado o Concelho de Ansião, localizado no território conhecido como Terras de Sicó, no Centro de Portugal. Partindo da realização e análise de um conjunto de cerca de 20 entrevistas a actores locais foram identificados vários “problemas tratáveis”. Estes foram traduzidos em “pistas para desenvolvimento”, elementos que constituem um ponto de partida para um trabalho de desenvolvimento responsável e atento às realidades, preocupações e aspirações locais.*

## 1. Introdução

As formas clássicas de recolha de informação usualmente utilizadas nos contextos rurais não cobrem determinadas dinâmicas de acção e de mudança que ocorrem ao nível local e que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento. Estas formas de recolha tendem a agrupar os dados em “categorias” e não permitem situar as práticas e as mudanças à escala do indivíduo, no quadro de dinâmicas sociais e de formas de organização colectiva nos quais os actores rurais se inserem. Por outro lado, as formas de vulgarização baseadas na difusão de técnicas de intensificação agrícola apresentam fortes limitações fora das zonas de agricultura desenvolvida com condições favoráveis em termos de ambiente natural e económico. Outras abordagens que permitam aos produtores tirar melhor partido do seu contexto envolvente e do seu “saber-fazer” são necessárias, de forma a dar respostas às suas necessidades e aspirações.

Com o objectivo de explicar e descrever as práticas e as mudanças que ocorrem nos meios rurais e assim melhor compreender as dinâmicas que levam certos actores locais, nomeadamente os agricultores, a adoptar, ou não, determinadas práticas, tentando, desta forma evitar a selecção de agricultores e agriculturas, prática típica das abordagens “classificativas”, o *Groupe d’Expérimentation et Recherche, Développement et Actions Localisés* (GERDAL), com base numa sociologia com carácter compreensivo (Darré, 1994:17), propõe a “pesquisa co-activa de soluções”, abordagem adoptada neste estudo. Como terreno de aplicação foi utilizado o Concelho de Ansião, localizado num território conhecido como Terras de Sicó, no Centro de Portugal. Partindo da realização e análise de um conjunto de 21 entrevistas a actores locais foram identificados vários “problemas tratáveis”. Estes foram traduzidos em “pistas para desenvolvimento”, elementos que podem constituir um bom ponto de partida para um trabalho de desenvolvimento responsável e atento às realidades, preocupações e aspirações locais.

Depois desta Introdução são debatidos, no ponto 2, com relativo pormenor, os aspectos relacionados com a metodologia utilizada deste estudo, que estão, dada a natureza da abordagem, intrincados na teoria, e que por essa razão, são de difícil separação. No ponto 3 são apresentados os principais resultados de um trabalho de pesquisa co-activa realizado na Freguesia de Santiago da Guarda, no Concelho de Ansião. Neste trabalho de pesquisa foram identificados vários “problemas tratáveis”, trabalhar sobre estas “pistas para desenvolvimento” poderia ser um contributo importante para melhorar a agricultura e a vida dos agricultores nesta região. Desta forma, consideramos que estas questões são um bom ponto de partida para um trabalho de desenvolvimento responsável e atento às realidades e preocupações locais. Por fim são apresentadas as principais conclusões deste estudo.

## **2. O “Ponto de Vista”, o “Diálogo” e a “Palavra”**

A realidade não é passível de ser reproduzida. Apenas é possível reproduzir a consciência que cada um tem da realidade; a “imagem” da realidade é definida pela natureza das relações, pela actividade que determinado grupo social partilha e pela posição de um indivíduo dentro da sociedade (Darré, 2003:28). As actividades das pessoas e a sua posição dentro da sociedade, definem o seu “ponto de vista”, a partir do qual a realidade é observada. Na definição aqui proposta, o “ponto de vista” é a realidade à qual está associada a pertinência das concepções dos sujeitos e das formas de agir que lhe estão associadas. Esta noção de ponto de vista reveste-se de uma importância decisiva na solidez da fundamentação da pesquisa co-activa.

No quotidiano, a partir das suas experiências no contexto de uma determinada realidade e das acções no seio dessa realidade, os indivíduos debatem entre eles, especialmente aqueles que possuem actividades semelhantes e mantêm ligações de diálogo constantes (Darré, 2006:44). É dentro destes diálogos, dentro deste fluxo de troca de experiências, de ideias, de informações, de interrogações, que eles constroem o seu fundo comum da visão das coisas. É evidente que é dentro destes grupos que se forma e transforma a “lei”, é o seio de uma cultura e constitui a referência imediata dos membros do grupo: assim os agricultores exprimem a sua pertença com expressões típicas: “ Nós aqui fazemos desta forma, e não fazemos como lá”. O “nós” indica o grupo de indivíduos que constituem para esse agricultor do que é feito e do que não é feito. Este grupo - os agricultores de um aldeia, mas poderia ser também uma equipe de trabalho de uma empresa rural - é constituída por pessoas com actividades profissionais semelhantes e com possibilidade duradoura de dialogar. Este grupo pode ser designado por “ Grupo Profissional Local” (Darré, 1994:16).

Não existe uma linha separadora entre o saber de que é portador o agente de desenvolvimento e as práticas: a ciência não é a teoria da prática, as práticas não são a aplicação da ciência; a definição de boas soluções práticas não pode estar alheada da reflexão e dos conhecimentos próprios dos agricultores; o conhecimento técnico-científico não é suficiente para definir as soluções apropriadas (Darré, 2006:35). As soluções de origem científica devem ser domesticadas pelos agricultores, pois são estes que as conduzem na prática.

As práticas dos agricultores, as suas opções técnicas e as mudanças que lhes estão ligadas, são indissociáveis da sua concepção das coisas, ou seja pela forma como ele conhece e concebe a realidade. Compreender as práticas dos agricultores, é compreender o sentido que eles dão aquilo que fazem, é prestar atenção não só aos factos materiais, mas também às suas “concepções”.

Desta maneira é fundamental dar atenção à “palavra”. Isso pressupõe distinguir “Sobre o que” os agricultores falam – os objectos e os factos, do “como” os agricultores falam - os argumentos e explicações associadas (Ruault, 2006:2). Do ponto de vista prático isto provoca uma certa forma de conduzir a entrevista junto dos agricultores (ou de outros actores) de modo a recolher dois tipos de informação: a) os elementos da descrição das suas práticas (factos); b) as explicações sobre essas práticas e sobre as mudanças do passado ou em curso. Além disso é necessário dar uma atenção particular às suas preocupações– “o que corre bem ou menos bem” e suas aspirações.

O que interessa ao inquiridor é a forma como os agricultores formulam os problemas e como vêem o futuro das suas actividades em relação com a evolução do contexto local ou dos projectos em curso. Os problemas não são dados pela situação mas pela forma como ela é avaliada pelas pessoas. A “concepção das coisas” é um “produto social”, é um sistema de pensamento construído através do “diálogo” (Darré, 2003:29). A unidade de estudo utilizada nesta abordagem não é a exploração agrícola ou o agricultor, mas a configuração social local que corresponde à existência de um determinado sistema de relações profissionais e de interacções. No caso das sociedades rurais a noção de diálogo profissionalizante não é forçosamente pertinente, falaremos simplesmente de relações de diálogo (Ruault, 2006:4). Isto significa que não se pode predeterminar as categorias (agricultores a tempo inteiro ou não, inseridos no mercado ou não, tendo ou não uma reforma). É o conjunto de pessoas ligadas a actividade agrícola, sob todas as formas que é preciso considerar como parte integrante da dinâmica sócio-técnica local. A própria noção de exploração ou agricultor podem não ser pertinentes.

Não se entrevista todas os actores, mas um número suficiente e representativo da diversidade existente. Em seguida, recolom-se as informações nos conjuntos que constituem os “grupos de pares”. Assim pretende-se caracterizar dois níveis: a) a diversidade dos modos de produção e das práticas, associada a uma diversidade de modos de ver, e a um conjunto de preocupações. b) o sistema de relações caracterizado pela forma e densidade das ligações entre agricultores e pelas posições de multipertenças dos seus membros. Na prática, esta caracterização consegue-se duas formas: a) através da utilização de interlocutores privilegiados (agentes intervenientes no sector, responsável profissional ou agricultor idoso muito considerado localmente) que se questionam sobre o que está em discussão num determinado momento; b) junto do conjunto de pessoas entrevistadas questionando-se sobre o que elas discutem, e o que é que dizem uns aos outros, a propósito de uma determinada mudança, problema ou projecto em curso.

Como os agricultores, os técnicos e os agentes de desenvolvimento intervêm a partir de um ponto de vista específico, com as suas próprias maneiras de ver, de avaliar as situações e de conceber os meios de mudar ou melhorar as coisas. Assim deve-se: a) perceber a intervenção dos agentes sob o ponto de vista da “lógica própria” dos organismos de desenvolvimento e dos seus pontos de vista específicos; esta intervenção pode ser caracterizada pelas práticas (tipo de acções e de formas concretas de intervir), associadas às concepções e objectivos próprios (Ruault, 2006:6); b) considerar as acções que eles conduzem e os seus resultados (sob o ponto de vista dos seus próprios objectivos ou o ponto de vista dos seus efeitos sobre aquilo que se passa do lado dos agricultores) em termos de interacções com as dinâmicas sócio-técnicas locais. A dois níveis: a) no plano cognitivo - as formas de ver as coisas e de formular os problemas, os objectivos técnicos ou económicos, etc. e b) no plano social - os efeitos sobre as características dos sistemas de relações (reforço ou não das ligações e das formas de organização, efeitos de selecção ou de redução das distancias, aumento ou diminuição da dependência, etc).

A entrevista compreensiva possui três partes distintas, uma primeira fase onde se pretende obter informações preliminares acerca da região em estudo, onde se recolhe a opinião dos actores locais; uma segunda fase onde são identificados os debates em curso, cujas discussões actuais ou recentes relativamente à introdução ou aparecimento, em certas explorações, de inovações técnicas, de comercialização, de organização, de

possibilidades ou de constrangimentos, de regras relativas aos recursos colectivos; e uma terceira fase em que se tenta identificar as ligações existentes entre os actores locais, através da realização de um questionário a um representante de cada exploração do local. Seguidamente é realizada uma restituição com base na análise das entrevistas. A partir daquilo que foi dito, são formulados problemas tratáveis sob a forma comum “Como fazer para...”. Uma vez realizada a restituição destes “problemas tratáveis” aos participantes, como o objectivo de acordar com eles a formulação e proceder se necessário a ajustamentos, são constituídos grupos de trabalho segundo o princípio: um grupo por cada problema tratável. Estes grupos devem reunir tantas vezes quantas as necessárias com o apoio de um agente de desenvolvimento (que tem por função ajuda metodológica à reflexão), de forma a procurar soluções e facilitar a implementação das acções correspondentes.

### **3. Os resultados da pesquisa co-activa**

No decorrer do trabalho de pesquisa co-activa na Freguesia de Santiago da guarda, a informação recolhida pela aplicação do inquérito sócio-técnico apresenta uma grande diversidade em termos da sua organização (idades entre 38 a 74 anos, homens e mulheres, diferentes níveis de equipamento, diferente importância económica da agricultura no rendimento familiar) e em termos de tipo de exploração (diferentes lógicas de produção, diferentes destinos da produção, organização da mão de obra). Optou-se por concentrar a atenção na problemática da produção de queijo, na produção de leite de ovinos e caprinos e nos modos de valorização destes produtos. Foi escolhida esta temática porque quase todas as pessoas entrevistadas possuem pelo menos um pequeno rebanho de ovelhas e de cabras.

#### **3.1 Quem produz “o quê”?**

Ao analisar as entrevistas constatou-se a existência de uma “base comum” a todas elas. Esta base comum é caracterizada por uma agricultura diversificada, em grande parte direccionada para o consumo da própria família, organizada em torno da pecuária de pequenos ruminantes e da produção de azeite. A pecuária da região em estudo pode ser caracterizada pela exploração de ovinos (leite, carne, queijo); caprinos (leite, carne, queijo); complementada por alguns produtores com suínos e bovinos. Parte dos produtos obtidos pela exploração de ovinos e caprinos é para venda. As culturas habituais na Freguesia de Santiago da Guarda são a pastagem semeada e natural; cereais e leguminosas; legumes variados; oliveiras (azeitona, azeite); vinha (uvas, vinho) para consumo e, em parte, para venda.

#### **3.2 Quem faz agricultura?**

Os agricultores com mais de 60 anos seguem a base comum de agricultura diversificada, com um rebanho de 10 a 20 cabeças. Estes agricultores têm sempre outras fontes de rendimentos para além da actividade agrícola, esses rendimentos provêm de reformas (estrangeiras ou portuguesas), subsídios ou ajuda económica por parte dos filhos emigrados. O trabalho agrícola nestas explorações é essencialmente familiar, com um ou dois membros da família a trabalhar permanentemente. Em geral este trabalho permanente é completado com ajuda dos filhos em ajudas temporárias em alturas de grande necessidade de mão-de-obra, como as colheitas e as sementeiras. Existe ainda entreajuda envolvendo amigos, vizinhos, em tarefas pontuais. O equipamento utilizado nestas explorações é, em geral, escasso, limitando-se a um pequeno tractor e pequenas ferramentas agrícolas. Os agricultores com 50 anos ou menos seguem a base comum, ou seja uma agricultura diversificada, com um rebanho de pequenos ruminantes. Contudo, nestes casos o rebanho é consideravelmente maior, variando entre 30 e 100 cabeças.

Existem ainda explorações que, mantendo a base comum, se dedicam adicionalmente à produção de suínos (maternidade e engorda). Outras ainda para além da base comum dedicam-se à engorda de bovinos e algumas aves de capoeira. Estes agricultores obtêm rendimentos de actividades exteriores à agricultura, tendo alguns agricultores, emprego fora da exploração agrícola, empresas próprias de prestação de serviços com máquinas agrícolas, ou rendas provenientes do investimento em imobiliário.

### **3.3 A emigração como factor de diferenciação**

Esta zona foi marcada por uma grande vaga de emigração durante a década de 60 e 70, do século XX, principalmente para a Alemanha, França e Suíça. Esta forte emigração teve fortes consequências na agricultura, que ainda são sentidas hoje. Entre os anciões emigrados, alguns retornaram ainda relativamente jovens e com um capital financeiro importante, investindo parte desse capital na exploração agrícola e outra parte em bens imobiliários ou no pequeno comércio. Para estas pessoas a agricultura tornou-se a actividade principal mas não representa a fonte principal de rendimento (o dinheiro da renda dos bens imobiliários ou o rendimento da actividade secundária). As suas explorações são de tamanho relativamente grande (com uma média de 30 parcelas) e grande parte dessas terras são propriedade própria (em parte herdadas outra parte compradas a seguir ao retorno). Pelo contrário, os emigrantes que retornam já reformados, recebem uma reforma do país de emigração e alguns ainda recebem uma pequena reforma portuguesa correspondente aos anos de trabalho realizado antes de emigrarem. Para esses, a agricultura representa hoje a actividade principal. A produção é, em grande parte, destinada ao consumo familiar, ou para dar aos filhos, eles também retornados do país de emigração ou então ainda se mantendo no país de acolhimento. Estes ex-emigrantes fazem apenas pequenos investimentos nas suas explorações.

### **3.4 Como falam da agricultura.**

Das entrevistas efectuadas ressaltam os seguintes “pontos de vista”:

#### **Uma agricultura com objectivo principal de produzir bens alimentares para a família**

Para a maioria dos agricultores entrevistados, a função principal da sua actividade agrícola é fornecer uma variedade de produtos alimentares para o consumo da família. Servindo os excedentes para vender ou para alimentar os animais de criação. Os seguintes extractos apoiam esta visão:

“A agricultura é só para me entreter” (M)

“Eu, com esta pequena agricultura, planto umas batatas para comer. Eu não vendo nada.” (A)

Este tipo de agricultura visa unicamente o consumo doméstico é praticado em pequenas parcelas com menos do que 0,5 hectares. Nestas parcelas, os agricultores fazem uma produção muito variada de culturas vegetais, tais como, batatas, couves, favas, tomate e alface. As oliveiras para a produção de azeite e a vinha para a produção de vinho são exploradas noutras parcelas.

Este tipo de produção vegetal é associado a uma pequena criação de ovelhas e cabras e algumas vezes de galinhas, porcos e coelhos. Os produtos provenientes da agricultura e da pecuária servem para alimentar a família. O leite retirado do pequeno rebanho associado a este sistema produtivo é transformado pela família e serve para fabrico de queijo. O queijo é muitas vezes enviado para os filhos que estão, geralmente, longe dos seus progenitores, encontrando-se, em muitos casos, a prosseguir os seus estudos ou a trabalhar na cidade.



“A agricultura é a minha vida. Eu trabalho muito e todas essas coisas, eu não pago nada. Tudo que produzo é para mim” (G)

### **A agricultura como fonte de rendimento monetário**

Algumas pessoas entrevistadas praticam a agricultura como uma fonte de rendimento monetário a uma escala muito importante. Estes agricultores possuem parcelas em quantidade suficiente e tem investido uma grande quantidade de recursos financeiros obtidos em actividade desenvolvida no estrangeiro ou na cidade na actividade agrícola. Contudo, apesar dos meios investidos nesta actividade, os rendimentos tirados são considerados pelos mesmos como demasiado fracos, longe de satisfazer as expectativas criadas nesta actividade. É o caso do Sr. C que possui um rebanho de 40 ovelhas, 20 bovinos e ainda alguns porcos.

“Sou agricultor, mas isto não dá nada, a nossa zona é difícil há a seca. Eu ainda faço muito porque tenho os pequenos animais, porque se não os tivesse deveria parar” (C).

A maior parte dos agricultores envolvidos neste tipo de produção, possuem em geral um número considerável de bovinos para engorda ou/e um rebanho de ovinos e caprinos para a produção leiteira. Os produtos são vendidos às indústrias transformadoras locais tais como a Coprorabaçal e o Juromelo. Os animais jovens, cabritos e borregos, são vendidos a intermediários ou no mercado local a preços não muito elevados.

“Temos gado, mas o preço de venda não é elevado. Ficamos sem nada, vai tudo para os intermediários. Não ganho nada.” (C).

“A cultura não se paga, não é rentável” (E).

“Para trabalhar não é só o factor humano, mas também as máquinas. Portanto é preciso terras para justificar esse investimento. Nesta zona há também a seca” (E).

“Nós produzimos produtos de melhor qualidade, mas não são reconhecidos como produtos de qualidade.” (E).

Outro agricultor exprime ponto de vista distinto.

“Eu trabalho dia e noite e a situação financeira está melhor do que antes mas o trabalho é importante.” (O).

A agricultura como fonte de receitas monetárias é possível dentro de algumas opções no seu processo de produção. São aqueles que produzem, que transformam e que vendem os seus produtos que se queixam menos dos rendimentos obtidos.

### **A agricultura como meio de valorização das parcelas disponíveis**

A maior parte dos agricultores possui muitas parcelas em geral pequenas e muito dispersas, (entre 30 a 40 parcelas) ou parcelas pertencentes a irmãos ou vizinhos que não residem naquela zona e que se encontram a trabalhar no exterior. A exploração de ovinos e caprinos permite valorizar e explorar estas parcelas. Estas parcelas estão situadas, na maioria dos casos, longe de habitação, e são utilizadas também no cultivo

das oliveiras e vinha. A valorização dos terrenos pelos pequenos ruminantes é feita também em parcelas florestais com pinheiro e carvalhos.

### **Uma agricultura praticada por idosos**

Na maioria dos casos a agricultura é praticada por pessoas com mais de 60 anos ou por mulheres casadas com idades compreendidas entre 40 a 50 anos. Os jovens agricultores são poucos.

“A terra é boa, mas não há pessoas para o trabalho, os jovens vão embora.” (F).

“Os velhos perdem a força, eles não estão em condições de continuar” (F).

“Eu sou demasiado velho para trabalhar e plantar as forragens para os animais.” (F)

### **Uma agricultura qualificada de “pequena” agricultura**

As pessoas que praticam agricultura classificam-na de acordo com a importância das suas produções, com o tamanho das suas parcelas e com os meios investidos. Por isso no seu raciocínio, falam de pequena agricultura em função do tamanho e número de parcelas, do nível de equipamentos como o tractor e também dos recursos financeiros que lhes permitem ou não contratar trabalhadores para certas actividades agrícolas e falam das suas actividades em comparação com os “grandes” agricultores do Alentejo, que possuem grandes parcelas e têm grandes meios financeiros e materiais.

“Os principais produtores que sobrevivem, não são os pequenos” (C)

Nas entrevistas realizadas aos agricultores, emergem diferentes formas de “fazer” agricultura cada uma delas é definida dependendo das necessidades de cada família. Isto explica a diversidade de formas de exploração nesta zona.

## **3.5 O que mudou?**

Antigamente, toda a gente fazia o seu queijo. Este podia ser vendido em casa. Naquela época não existia regulamentação em relação à venda de queijo fabricado pelos produtores, facto que mudou com a certificação e o licenciamento.

“Existe uma casa lá em baixo, que na parte inferior onde o queijo é selado como os ovos.”, “Isto não é melhor para o povo. Agora já não podemos matar uma galinha, uma vaca ou um porco, isto vai de mal a pior. Até estamos proibidos de criar pombos sem estarem registados. Isto não traz nada de bom” (H)

“Sim, é proibido, não tenho direito de fazê-lo, nem de os vender, portanto vou cuidar do rótulo e então posso vendê-lo.”, “O rótulo permite-me vender o queijo, por isso tenho de passar por uma queijaria para ter etiquetas para poder enviar o queijo aos meus filhos que estão no Canadá, porque uma vez queria enviar vinho, azeite, queijo e não tinha rotulo e ficou tudo no aeroporto”, “normalmente eu não seria capaz de arranjar os rótulos, mas como conheço uma pessoa que me dá os rótulos dele e eu dou-lhe queijo para ele vender ” (G)

As mudanças às quais os produtores têm de se adaptar são: a procura de novos mercados para vender o leite, bem como para os cordeiros e os cabritos; escalonar a

produção de leite a fim de ter produção durante todo o ano; a necessidade de ganhar poder negocial com as queijarias de forma a poder chegar a um consenso que assegure a estabilidade na relação da venda/entrega do leite.

### **3.6 As preocupações dos agricultores e o seu futuro**

O preço de venda dos produtos é um dos problemas identificado. Não é satisfatório e provoca uma baixo poder de compra aos agricultores.

“A agricultura não dá nada”(F)

Os preços não permitem pagar os custos de produção.

“O problema é que investimos muito na agricultura, para as sementeiras e a engorda dos animais e nunca chegamos a ganhar o suficiente para pagar o que investimos”(P).

O preço é fixado pelos intermediários

“Tudo vai para os intermediários e nós ficamos sem nada”(C)

#### **O escoamento da produção**

Todos produzem azeite numa quantidade superior às suas necessidades. O excesso da produção é difícil de vender.

“Não há um verdadeiro escoamento da produção de azeite no mercado”(N)

O azeite que não é vendido perde a sua qualidade

“O azeite, se não é vendido num ano, perde a sua qualidade, muda um pouco de cor e de gosto, e depois temos de o vender a um preço mais baixo”(N)

Os produtores não podem vender o queijo, a única coisa que podem vender é o leite. Mas existem dificuldades no escoamento dessa produção.

“No principio, eles precisavam de muito leite, mas agora estão em queda e já não querem tanto leite”(K)

#### **As contrariedades provocadas pelo licenciamento/certificação do queijo**

A venda de queijo sem rótulo é ilegal.

“Vender o queijo no mercado é proibido. Eu não posso vender a particulares. Antigamente, eu, podia”(A)

A certificação do queijo provoca contrariedades a comercialização e produção, e os agricultores que vivem do fabrico do queijo são obrigados a investir na construção de uma queijaria e a dedicar muito tempo a esta actividade.

“Para continuar, temos de fazer uma queijaria em nossa casa. Isso dá muito trabalho só para nós dois, o que não é rentável. E é caro. Pode custar cerca de 1000 contos (5000 euros)”(N)

A produção tradicional continua fazer-se em casa e os produtores procuram obter um rótulo legal de conhecidos para poder vender e exportar (o rótulo não é um sinal de qualidade mas sim uma licença para vender e exportar)

“Se querem usar o queijo, temos de ir a queijaria buscar os rótulos. Para enviar a minha filha que esta em Paris, temos de ter etiqueta, temos de a ir buscar á cooperativa”(B)

### **A posse da terra**

Existe especulação imobiliária. Os terrenos não são vendidos a preço de terreno agrícola mas a preço de terrenos para construção. As terras que se vendem são apenas para a construção.

“Depois deles morrerem, os filhos irão querer vender a terra mas não há ninguém para a comprar. Antes era fácil de comprar terras embora fossem muito caras. Agora é difícil de vender (as terras agrícolas) porque não valem nada. As únicas terras que interessam são as para construção. É preciso ter terrenos bem situados, por exemplo a borda da estrada para a vender facilmente.” (F)

A declaração dos terrenos para os subsídios é feita na base das terras que se é proprietário e não na superfície realmente explorada

“Eu trabalho muito nas terras de outros, mas não as posso declarar ao INGA, para receber subsídios, eles não aceitam isso”(C)

Com medo de seres expropriados os donos dos terrenos não deixam ninguém os utilizar na agricultura.

“Os proprietários não deixam ninguém os utilizar na agricultura. Eles têm medo que as pessoas que trabalham esses terrenos acabem por ficar com as suas terras”(E)

### **3.7 O futuro da agricultura**

A agricultura está morta, o futuro da agricultura na região não está assegurado.

“Para mim a agricultura no futuro não vai dar nada”(H)

A agricultura é um trabalho muito duro e os rendimentos gerados são muito baixos.

“As pessoas não vêm trabalhar para a agricultura porque é um trabalho muito duro” (P)

A população agrícola está envelhecida e é obrigada a diminuir o rebanho e a superfície cultivada em resposta a sua baixa capacidade de trabalho devido à idade e à mão-de-obra disponível.

“Os velhos perdem as forças. Já não estou mais capaz, estou aqui sozinho porque os meus filhos não querem trabalhar a terra”(F)

Os jovens não interessados na actividade agrícola, porque a agricultura dá baixos rendimentos e ocupa muito tempo.

“As pessoas hoje me dia querem um emprego onde trabalham 8 horas por dia e descansam ao fim-de-semana. Se tu trabalhas na agricultura, trabalhas todos os dias e muitas horas por dia”(P)

### 3.8. Os problemas tratáveis

No seguimento da análise das entrevistas foram identificados nove problemas tratáveis. Seguindo a metodologia proposta, foram elaborados esses problemas com a forma “O que fazer para...?”, com a intenção de realizar uma restituição aos agricultores entrevistados de forma a ajustar esses problemas e verificar a pertinência dos mesmos. Os problemas tratáveis utilizados na restituição podem ser consultados na Tabela 1.

**Tabela 1 – Problemas tratáveis**

1º- O que fazer para tornar uma queijaria rentável?	“...para continuar seria necessário fazer uma queijaria em casa. Isso dá muito trabalho e como somos só dois, isso não dava rendimento e é caro. Pode andar nos mil contos (5000 euros) ...”
2º- Como valorizar a qualidade do nosso queijo para termos um melhor preço?	“... nós produzimos produtos de qualidade que no fundo não são reconhecidos...”
3º Como continuar a produzir e a vender queijo na legalidade?	“...não podemos vender assim, em casa, de qualquer maneira...”; “...não podemos vender sem a etiqueta...”
4º-Como oferecer uma certa qualidade a um preço aceitável para o consumidor?	“os consumidores olham muito ao preço, os produtos de qualidade são caros”
5º- Como fazer com que os jovens possam se interessar pela agricultura?	“...eles querem todos estudar, não querem trabalhar a terra...”
6º- Onde encontrar mercado para o azeite? Como conservar melhor o azeite?	“...o azeite é tão barato que não paga a mão de obra ...”; “... nós temos este ano um azeite de boa qualidade, que não se vende. No próximo ano o azeite deste ano perde valor e os lagares compram-no a 1 euro por litro ...”
7º- Como fazer para que os preços não dependam dos intermediários?	“...A queijaria diz o preço e nós temos que nos sujeitar ...”; “... é o intermediário que fixa o preço, ele diz “eu compro a tanto” e eu vendo ou não vendo, não há uma cooperativa para que possamos dizer “pagamos a tanto”...”
8º- O que fazer para que todos os produtores possam receber subsídios e conselho técnico?	“... há reuniões para jovens agricultores, para os subsídios, mas a nós nunca nos chamaram para nos ensinar a fazer a agricultura...”; “... o problema é que não propõem alternativas para os pequenos, por isso o número de produtores tem vindo a diminuir...”
9º- Como fazer para que as terras emprestadas sejam reconhecidas pelos serviços que dão os subsídios?	“...trabalho muito nas terras dos outros mas não as podemos declarar ao INGA, só tenho direito a 28 cabeças para o subsidio devido as terras que tenho...”

#### 4. Conclusões

Com a abordagem utilizada procurou-se identificar dinâmicas de acção e de mudança que ocorrem ao nível local, e que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento. Para isso procurou-se descrever e explicar as práticas e as mudanças que ocorrem nos meios rurais bem como perceber os diferentes pontos de vista recorrendo à pesquisa co-activa.

Foi constatado que as explorações agrícolas na zona de estudo, no Concelho de Ansião, são caracterizadas por uma forte pulverização em pequenas parcelas. Trata-se de uma agricultura do tipo familiar em que a mão-de-obra usada para “trabalhar a terra” é a da família, e dos agricultores vizinhos com os quais existem estreitas ligações. Esta entreaajuda entre os agricultores mostra que o GPL funciona nesta comunidade, existe uma concepção de “nós aqui”, os agricultores discutem entre eles as técnicas, as culturas e as novidades relativos a actividade agrícola. Existe um certo desconhecimento e desconfiança dos produtores em relação as organizações agrícolas locais, alguns produtores não se sentem ligados, não percebem o seu funcionamento e não actuam nas tomadas de decisão da cooperativa e da associação. Em relação à cooperativa local, sentem que só serve para vender o seu leite, relacionando-se com ela como se fosse um empresa privada, equiparando-a uma queijaria privada local. A Olivisicó é descrita pelos agricultores como uma organização opaca, os agricultores vêem esta associação como uma entidade que os ajuda na obtenção de subsídios, e participam pouco nas suas actividades e direcção. Os agricultores criticam a actuação destas duas entidades por estarem pouco ligadas a eles, apoiando-os apenas nos aspectos burocráticos e ajudando-os muito pouco na actividade agrícola.

A população agrícola está envelhecida e sentem “medo do futuro”, os agricultores encontram-se desencorajados em relação ao futuro da agricultura, sentem que a agricultura não dá o rendimento justo para o esforço, dedicação e trabalho que esta actividade necessita. Apesar destas dificuldades os agricultores continuam a “trabalhar a terra” e continuam nas suas actividades. Contudo, são várias as mudanças que se avizinham: a procura de novos mercados para vender o leite, bem como para os cordeiros e os cabritos; os aspectos relacionados com o escalonamento a produção de leite a fim de ter produção durante todo o ano; e a necessidade de ganhar poder negocial com as queijarias de forma a poder chegar a um consenso em relação à venda/entrega do leite.

A partir da análise das entrevistas foram identificados vários “problemas tratáveis”, trabalhar sobre estas “pistas para desenvolvimento” poderia ser um contributo importante para melhorar a agricultura e a vida dos agricultores nesta região. Desta forma, consideramos que estas questões são um bom ponto de partida para um trabalho de desenvolvimento responsável e atento às realidades e preocupações locais.

## **Referências Bibliográficas**

- Darré, J.P. (2003). *La recherche co-active de solution*, GERDAL, Montpellier, France,
- Darré, J.P. (1994). *Pairs et Expert dans l'Agriculture. Dialogues et production de connaissance pour l'action*. Technologies/Idéologie/Pratiques, Édition Erès, Ramonville Saint-Agne.
- Darré, J.P. (2002). *Du sens aux actes*, GERDAL, Montpellier
- Darré, J.P. (2006). *La recherche coactive de solution entre agents de developpement et agriculteurs*, GERDAL, Montpellier,
- Darré, J.P. et Ruault, C. (2006). *L'enquete socio-technique dans une perspective d'action*. CNEARC, Montpellier
- Ruault, C. (2206). *L'enquete socio-technique dans une perspective d'action*. CNEARC, GERDAL, ESAC, Coimbra
- Ruault, C. (2003). *Une approche de la dynamique socio-techique de l'agriculture du Concelho de Góis.*, CNEARC, GERDAL, ESAC, Coimbra